

Consulta pública sobre a ambição da UE em matéria de clima para 2030 e sobre a conceção de determinadas políticas climáticas e energéticas do Pacto Ecológico Europeu

Os campos assinalados com um asterisco (*) são de preenchimento obrigatório.

Introdução

Verifica-se um aquecimento global que afeta os cidadãos, ameaçando a nossa sustentabilidade a longo prazo neste planeta. O nosso planeta já registou um aumento de 1 °C da temperatura média e não estamos no bom caminho para alcançar o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento de temperatura a 2 °C, e muito menos a 1,5 °C. O relatório especial de 2018 do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas sobre um aumento de 1,5 °C indicou que, já com um aumento de 2 °C, o mundo sofreria impactos dramáticos e potencialmente irreversíveis devido às alterações climáticas. A ciência é também clara sobre a estreita ligação e interdependência das alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

A UE assumiu uma posição de liderança a nível mundial no combate às alterações climáticas e prossegue ativamente políticas de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa e de dissociação destas com o crescimento económico. Tal permite à UE modernizar a sua economia e o seu sistema energético, tornando-os sustentáveis a longo prazo, bem como melhorar a segurança energética e a saúde dos seus cidadãos através da redução da poluição atmosférica.

A UE já adotou legislação em matéria de clima e energia para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 40 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Além disso, adotou legislação ambiciosa em matéria de eficiência energética e de energias renováveis, cuja plena aplicação se prevê que reduza as emissões de gases com efeito de estufa para além do objetivo existente - em cerca de 45% até 2030. Como parte desta legislação, os Estados-Membros elaboram planos nacionais em matéria de energia e clima para garantir que os objetivos comuns da UE são alcançados. Salvo se for complementada por outras políticas, prevê-se que a legislação acordada conduza a reduções das emissões de gases com efeito de estufa de cerca de 60 % até 2050. Em 2018, a Comissão propôs que a [UE se tornasse neutra em termos de clima até 2050](#), compensando as restantes emissões de gases com efeito de estufa através de absorção. O Parlamento Europeu e o Conselho Europeu aprovaram este objetivo em 2019. A Comissão propôs consagrar este objetivo na [Lei Europeia do Clima](#).

De acordo com o mais recente Eurobarómetro, 93 % dos cidadãos da UE consideram as alterações climáticas um problema grave e uma maioria significativa da população da UE quer uma intensificação das medidas em matéria de alterações climáticas. Como tal, e devido à urgência de fazer face às alterações climáticas e dos desafios ecológicos que lhe estão associados, a Comissão Europeia propôs, em dezembro de 2019, o [Pacto Ecológico Europeu](#) como uma das suas prioridades, incluindo uma lista de

futuras propostas para a sua concretização. O Pacto Ecológico visa, nomeadamente, alinhar todas as políticas da UE com o objetivo de neutralidade climática de 2050, dando um sinal atempado e previsível a todos os setores e intervenientes a fim de planear a transformação.

Como parte do Pacto Ecológico, a Comissão tenciona propor o aumento, de forma responsável, do objetivo da UE para 2030 de redução das emissões de gases com efeito de estufa para, pelo menos, 50 %, procurando aproximar-se de 55 %, em relação aos níveis de 1990. A Comissão avaliará exaustivamente a viabilidade e os impactos sociais, económicos e ambientais do aumento do objetivo para 2030. Esta avaliação analisará a forma de aumentar a ambição de modo a reforçar a competitividade da UE, a assegurar a justiça social e o acesso a energia segura, acessível e sustentável e a outros recursos materiais, a beneficiar os cidadãos e a inverter a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. A Comissão tenciona apresentar no terceiro trimestre de 2020 um plano global para aumentar o objetivo climático da UE para 2030.

Com base na atual legislação relativa aos objetivos para 2030 e no futuro plano global, a Comissão irá rever e propor a revisão, sempre que necessária, da legislação relevante em matéria de energia e clima até junho de 2021. Tal incluirá um conjunto coerente de alterações do atual quadro relativo ao clima, à energia e aos transportes para 2030, nomeadamente relacionadas com a Diretiva Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE, o Regulamento Partilha de Esforços e o Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas, as normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros e, se necessário, da Diretiva Energias Renováveis e da Diretiva Eficiência Energética.

Esta consulta pública convida os cidadãos e as organizações a contribuírem para a avaliação da forma de aumentar de forma responsável a ambição de redução das emissões da UE para 2030. Chama-se a atenção para o facto de as questões e os tópicos relevantes poderem também ser abrangidos por outras consultas públicas, como, por exemplo, a estratégia para a mobilidade sustentável e inteligente, a estratégia de adaptação da UE, a estratégia «do prado ao prato», o plano de ação para aplicação do pilar europeu dos direitos sociais, a consulta específica para a avaliação das orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020.

Orientações sobre o questionário

Esta consulta pública consiste em algumas perguntas introdutórias relacionadas com o seu perfil, seguidas de um questionário dividido em duas partes. **Queira notar que não é obrigado a responder a ambas as partes do questionário, podendo optar por preencher apenas uma. Além disso, não é necessário responder a todas as perguntas do questionário.**

A primeira parte do questionário centra-se na ambição global em matéria de clima e na forma como as ações no setor da energia e noutros setores podem contribuir. A segunda parte é de natureza mais técnica, analisando opções sobre a forma de melhorar a conceção de políticas específicas da UE e poderá exigir conhecimentos mais especializados.

A **primeira parte do questionário** procura obter opiniões sobre:

- A ambição global da UE em matéria de clima para 2030 e as oportunidades e desafios que lhe estão associados (Secção 1)
- Potencial no setor da energia, bem como outros setores, para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e os instrumentos e ações para atingir este objetivo (Secção 2)
- Condições favoráveis mais amplas e políticas conexas necessárias para promover a redução das emissões de gases com efeito de estufa (Secção 3)

A **segunda parte do questionário** é mais técnica e centra-se na conceção das políticas da UE. Como tal, procura obter opiniões sobre:

- A conceção de políticas específicas no domínio do clima e da energia (Secção 5)
- Políticas da UE e cooperação com os países terceiros sobre as alterações climáticas (Secção 6)

No final de ambas as partes, é convidado a apresentar quaisquer observações adicionais e a carregar informações adicionais, documentos de tomada de posição ou documentos sobre políticas que expressem a sua posição ou os seus pontos de vista ou os da sua organização. Se preencher ambas as partes do questionário, carregue quaisquer documentos de tomada de posição ou documentos sobre políticas apenas uma vez.

Todas as respostas ao questionário, bem como as posições escritas e os documentos sobre políticas, serão publicados em linha. Queira consultar a declaração de privacidade específica que acompanha a presente consulta para obter informações sobre a forma como serão tratados os seus dados pessoais e a sua contribuição.

A bem da transparência, caso esteja a responder em nome de uma organização, inscreva-se no registo dos representantes de interesses, caso ainda não o tenha feito. Ao efetuar a inscrição, compromete-se a cumprir um código de conduta. Caso não queira proceder à inscrição, as suas respostas serão tratadas e publicadas em conjunto com as respostas recebidas de pessoas singulares.

Dados pessoais

* Língua

- Alemão
- Búlgaro
- Checo
- Croata
- Dinamarquês
- Eslovaco
- Esloveno
- Espanhol
- Estónio
- Finlandês
- Francês
- Grego
- Húngaro
- Inglês

- Irlandês
- Italiano
- Letão
- Lituano
- Maltês
- Neerlandês
- Polaco
- Português
- Romeno
- Sueco

* Participo na consulta na qualidade de

- Universidade/instituto de investigação
- Associação empresarial
- Empresa/organização empresarial
- Organização de consumidores
- Cidadão da UE
- Organização ambiental
- Cidadão de um país não pertencente à UE
- Organização não governamental (ONG)
- Entidade pública
- Sindicato
- Outro

* Nome próprio

* Apelido

* Endereço eletrónico (não será publicado)

* Âmbito

- Internacional
- Local
- Nacional
- Regional

* Nome da organização

No máximo, 255 carater(es)

* Dimensão da organização

- Microempresa (entre 1 e 9 trabalhadores)
- Pequena empresa (entre 10 e 49 trabalhadores)
- Média empresa (entre 50 e 249 trabalhadores)
- Grande empresa (250 ou mais trabalhadores)

Número de identificação no Registo de Transparência

No máximo, 255 carater(es)

Verifique se a sua organização está inscrita no [Registo de Transparência](#). Trata-se de uma base de dados voluntária para as organizações que procuram influenciar o processo decisório da UE.

* País de origem

Indique o seu país de origem ou o país onde está estabelecida a sua organização.

- | | | | |
|---|--------------------------------------|--|---|
| <input type="radio"/> Afeganistão | <input type="radio"/> Equador | <input type="radio"/> Jamaica | <input type="radio"/> Quiribáti |
| <input type="radio"/> África do Sul | <input type="radio"/> Eritreia | <input type="radio"/> Japão | <input type="radio"/> Reino Unido |
| <input type="radio"/> Albânia | <input type="radio"/> Eslováquia | <input type="radio"/> Jersey | <input type="radio"/> República Centro-Africana |
| <input type="radio"/> Alemanha | <input type="radio"/> Eslovénia | <input type="radio"/> Jibuti | <input type="radio"/> República Democrática do Congo |
| <input type="radio"/> Andorra | <input type="radio"/> Espanha | <input type="radio"/> Jordânia | <input type="radio"/> República Dominicana |
| <input type="radio"/> Angola | <input type="radio"/> Essuatíni | <input type="radio"/> Kosovo | <input type="radio"/> Reunião |
| <input type="radio"/> Anguila | <input type="radio"/> Estados Unidos | <input type="radio"/> Koweit | <input type="radio"/> Roménia |
| <input type="radio"/> Antártida | <input type="radio"/> Estónia | <input type="radio"/> Laos | <input type="radio"/> Ruanda |
| <input type="radio"/> Antígua e Barbuda | <input type="radio"/> Etiópia | <input type="radio"/> Lesoto | <input type="radio"/> Rússia |
| <input type="radio"/> Arábia Saudita | <input type="radio"/> Fiji | <input type="radio"/> Letónia | <input type="radio"/> Salvador |
| <input type="radio"/> Argélia | <input type="radio"/> Filipinas | <input type="radio"/> Líbano | <input type="radio"/> Samoa |
| <input type="radio"/> Argentina | <input type="radio"/> Finlândia | <input type="radio"/> Libéria | <input type="radio"/> Samoa Americana |
| <input type="radio"/> Arménia | <input type="radio"/> França | <input type="radio"/> Líbia | <input type="radio"/> Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha |
| <input type="radio"/> Aruba | <input type="radio"/> Gabão | <input type="radio"/> Listenstaine | <input type="radio"/> Santa Lúcia |
| <input type="radio"/> Austrália | <input type="radio"/> Gâmbia | <input type="radio"/> Lituânia | <input type="radio"/> São Bartolomeu |
| <input type="radio"/> Áustria | <input type="radio"/> Gana | <input type="radio"/> Luxemburgo | <input type="radio"/> São Cristóvão e Neves |
| <input type="radio"/> Azerbaijão | <input type="radio"/> Geórgia | <input type="radio"/> Macau | <input type="radio"/> São Marinho |
| <input type="radio"/> Baamas | <input type="radio"/> Gibraltar | <input type="radio"/> Macedónia do Norte | <input type="radio"/> São Martinho |
| <input type="radio"/> Bangladeche | <input type="radio"/> Granada | <input type="radio"/> Madagáscar | <input type="radio"/> São Pedro e Miquelão |
| <input type="radio"/> Barbados | <input type="radio"/> Grécia | <input type="radio"/> Maiote | <input type="radio"/> São Tomé e Príncipe |
| <input type="radio"/> Barém | <input type="radio"/> Gronelândia | <input type="radio"/> Malásia | <input type="radio"/> |

- Bélgica
- Belize
- Benim
- Bermudas
- Bielorrússia
- Bolívia
- Bonaire, Santo Eustáquio e Saba
- Bósnia-Herzegovina
- Botsuana
- Brasil
- Brunei
- Bulgária
- Burquina Faso
- Burundi
- Butão
- Cabo Verde
- Camarões
- Camboja
- Canadá
- Catar
- Cazaquistão
- Chade
- Chéquia
- Chile
- China
- Chipre
- Cidade do Vaticano
- Clipperton
- Colômbia
- Comores
- Congo
- Guadalupe
- Guame
- Guatemala
- Guernesey
- Guiana
- Guiana Francesa
- Guiné
- Guiné-Bissau
- Guiné Equatorial
- Haiti
- Honduras
- Hong Kong
- Hungria
- Iémen
- Ilha Bouvet
- Ilha de Man
- Ilha do Natal
- Ilha Heard e Ilhas McDonald
- Ilha Norfolk
- Ilhas Alanda
- Ilhas Caimão
- Ilhas Cook
- Ilhas dos Cocos
- Ilhas Falkland
- Ilhas Faroé
- Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
- Ilhas Marianas do Norte
- Ilhas Marshall
- Ilhas Menores Afastadas dos Estados Unidos
- Ilhas Pitcairn
- Ilhas Salomão
- Maláui
- Maldivas
- Mali
- Malta
- Marrocos
- Martinica
- Maurícia
- Mauritânia
- México
- Mianmar /Birmânia
- Micronésia
- Moçambique
- Moldávia
- Mónaco
- Mongólia
- Monserrate
- Montenegro
- Namíbia
- Nauru
- Nepal
- Nicarágua
- Níger
- Nigéria
- Niuê
- Noruega
- Nova Caledónia
- Nova Zelândia
- Omã
- Países Baixos
- Palau
- Palestina
- São Vicente e Granadinas
- Sara Ocidental
- Seicheles
- Senegal
- Serra Leoa
- Sérvia
- Singapura
- Síria
- Somália
- Sri Lanca
- Sudão
- Sudão do Sul
- Suécia
- Suíça
- Suriname
- Svalbard e Jan Mayen
- Tailândia
- Taiwan
- Tajiquistão
- Tanzânia
- Terras Austrais e Antárticas Francesas
- Território Britânico do Oceano Índico
- Timor-Leste
- Togo
- Tonga
- Toquelau
- Trindade e Tobago
- Tunísia
- Turquemenistão
- Turquia
- Tuvalu
- Ucrânia

- | | | | |
|--|--|--|---------------------------------------|
| <input type="radio"/> Coreia do Norte | <input type="radio"/> Ilhas Turcas e Caicos | <input type="radio"/> Panamá | <input type="radio"/> Uganda |
| <input type="radio"/> Coreia do Sul | <input type="radio"/> Ilhas Virgens Americanas | <input type="radio"/> Papua-Nova Guiné | <input type="radio"/> Uruguai |
| <input type="radio"/> Costa do Marfim | <input type="radio"/> Ilhas Virgens Britânicas | <input type="radio"/> Paquistão | <input type="radio"/> Usbequistão |
| <input type="radio"/> Costa Rica | <input type="radio"/> Índia | <input type="radio"/> Paraguai | <input type="radio"/> Vanuatu |
| <input type="radio"/> Croácia | <input type="radio"/> Indonésia | <input type="radio"/> Peru | <input type="radio"/> Venezuela |
| <input type="radio"/> Cuba | <input type="radio"/> Irão | <input type="radio"/> Polinésia Francesa | <input type="radio"/> Vietname |
| <input type="radio"/> Curaçau | <input type="radio"/> Iraque | <input type="radio"/> Polónia | <input type="radio"/> Wallis e Futuna |
| <input type="radio"/> Dinamarca | <input type="radio"/> Irlanda | <input type="radio"/> Porto Rico | <input type="radio"/> Zâmbia |
| <input type="radio"/> Domínica | <input type="radio"/> Islândia | <input type="radio"/> Portugal | <input type="radio"/> Zimbabué |
| <input type="radio"/> Egito | <input type="radio"/> Israel | <input type="radio"/> Quénia | |
| <input type="radio"/> Emirados Árabes Unidos | <input type="radio"/> Itália | <input type="radio"/> Quirguistão | |

Indique o setor da economia em que está ativo (como pessoa singular ou organização)

- Agricultura, caça e silvicultura
- Intermediação financeira
- Pesca
- Atividades imobiliárias, locação e serviços prestados às empresas
- Indústrias extrativas
- Administração pública e defesa
- Indústrias transformadoras
- Educação
- Distribuição de eletricidade, gás e água
- Saúde e ação social
- Construção
- Outros serviços comunitários, sociais e pessoais
- Comércio por grosso e a retalho
- Atividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico
- Hotelaria e restauração
- Organismos e outras instituições extraterritoriais
- Transportes, armazenagem e comunicações
- Outro

Especifique:

No máximo, 300 carater(es)

Caso se trate de uma organização da sociedade civil ou administração pública, indique a principal área de atuação ou de competência

No máximo, 300 carater(es)

* Definições de privacidade aplicáveis à publicação

A Comissão publicará as respostas a esta consulta pública. Pode escolher se autoriza que os seus dados sejam tornados públicos ou se prefere manter o anonimato.

Anónimo

Só será publicado o tipo de inquirido, o país de origem e o contributo. Não se publicarão todos os outros dados pessoais (nome, nome e dimensão da organização, número de identificação no Registo de Transparência).

Público

Os seus dados pessoais (nome, nome e dimensão da organização, número de identificação no Registo de Transparência, país de origem) serão publicados juntamente com o seu contributo.

Independentemente da opção escolhida, a sua resposta poderá ser objeto de um pedido de acesso ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Neste caso, o pedido será avaliado segundo as condições fixadas no Regulamento e em conformidade com as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados.

Concordo com as [disposições relativas à proteção de dados pessoais](#)

PARTE I

Queira notar que não é obrigado a responder a ambas as partes do questionário, podendo optar por preencher apenas uma. Além disso, não é necessário responder a todas as perguntas do questionário.

PARTE I

1 Ambição global em matéria de clima para 2030, oportunidades e desafios

1.1 Objetivo da UE de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030

A UE definiu como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa internas em, pelo menos, 40 % até 2030, em comparação com 1990, o que representa um aumento significativo das reduções anuais em comparação com as reduções alcançadas nas últimas três décadas. Estima-se que a aplicação efetiva da legislação em matéria de eficiência energética e de energias renováveis acordada a nível da UE para 2030 conduza a uma redução de cerca de 45 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030.

Com o objetivo da UE, recentemente acordado, de alcançar a neutralidade climática até 2050 e com o crescente reconhecimento da urgência de uma ação ambiental e climática no sentido de uma poluição zero, qual deverá ser o objetivo da UE de redução das emissões de gases com efeito de estufa a nível interno para 2030?

Deve manter-se inalterado, com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na UE em, pelo menos, 40 % em relação aos níveis de 1990.

- Deve aumentar para, pelo menos, 50 %.
- Deve aumentar para, pelo menos, 55 %.

1.2 Oportunidades e desafios associados a um nível mais elevado de ambição em matéria de clima em 2030

Das **oportunidades** a seguir listadas, quais consideraria as mais relevantes para o compromisso de uma maior ambição em matéria de clima para 2030.

Várias opções possíveis.

- Será uma oportunidade para dar o nosso contributo para salvar o planeta e cumprir, assim, o nosso dever para com as gerações futuras.
- Permitirá uma via mais gradual para alcançar uma UE neutra em termos de clima até 2050.
- Ajudará a atenuar os custos para a sociedade associados às alterações climáticas (por exemplo, fenómenos meteorológicos extremos, secas, perda de ecossistemas, etc.).
- Assegurará um crescimento da economia da UE baseado em novos modelos de produção e de consumo (por exemplo, a abordagem da economia circular).
- Reforçará a liderança da UE e inspirará a ação para lutar contra as alterações climáticas a nível mundial.
- Criará novos empregos (verdes), incluindo os que são difíceis de externalizar fora da UE (por exemplo, manutenção de instalações de energias renováveis, construção).
- Irá reduzir a poluição, melhorar a saúde, tornar as cidades e os edifícios mais agradáveis e, assim, aumentar o bem-estar dos cidadãos.
- Conferirá à indústria da UE uma vantagem de pioneira nos mercados mundiais.
- Melhorará a segurança energética e reduzirá a dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis importados.
- Outra (especificar na caixa)

Especifique:

No máximo, 300 carater(es)

Dos **desafios** a seguir listados, quais consideraria os mais relevantes para o compromisso de uma maior ambição em matéria de clima para 2030.

Várias opções possíveis.

- Representará um desafio de investimento significativo para os setores da indústria, dos serviços, dos transportes e da energia da UE. É provável que os custos dos investimentos sejam repercutidos nos consumidores através de preços ou impostos mais elevados.
- Conduzirá provavelmente a uma mudança estrutural e à alteração das exigências de competências na economia, conduzindo nomeadamente a um

declínio dos setores e do emprego associados à extração de combustíveis fósseis e ao fabrico com utilização intensiva de carbono.

- Irá alterar a política existente e confrontar-nos com um período reduzido para a conceção e a aplicação de medidas adicionais, bem como para a adaptação dos agentes económicos.
- A transição simultânea para uma economia neutra em termos de clima, circular e digital pode conduzir a uma reafetação significativa de mão de obra entre setores, profissões e regiões. As empresas, especialmente as PME, poderão ser confrontadas com desafios em matéria de requalificação e de garantia de mão de obra suficiente.
- Pode conduzir a desigualdades sociais, devido ao custo inicialmente mais elevado dos produtos ecológicos, dos alimentos e transportes sustentáveis e das energias renováveis, que podem ter um impacto negativo nas pessoas /regiões com rendimentos mais baixos e contribuir para a pobreza energética.
- Mesmo com um objetivo mais ambicioso para 2030, é difícil assegurar medidas suficientes para reduzir no terreno as emissões de gases com efeito de estufa.
- Se agir isoladamente, a UE ficará a perder em termos de competitividade internacional.
- Outro (especificar na caixa)

Especifique:

No máximo, 300 carater(es)

1.3 Equilíbrio entre oportunidades e desafios

No que se refere às oportunidades e desafios que indicou nas perguntas anteriores, considera que as oportunidades compensariam os desafios para a sua vida quotidiana (resposta de pessoas singulares) ou setor de atividade (resposta de organizações/autoridades)?

- Concordo
- Discordo
- Não sei/Sem opinião

PARTE I

2 Ação setorial e potencial de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030

2.1 Importância das contribuições por setores

Defina a prioridade entre os setores indicados, tendo em conta aqueles em que considera ser necessária uma maior parte dos esforços para reduzir as emissões

de gases com efeito de estufa e um aumento das absorções, na perspetiva do aumento do objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030.

Prioridades de 1 (mais importante) a 8 (menos importante)

	1	2	3	4	5	6	7	8
Serviços (incluindo as TIC)	<input type="radio"/>							
Edifícios	<input type="radio"/>							
Indústria	<input type="radio"/>							
Mobilidade/transportes	<input type="radio"/>							
Abastecimento de energia	<input type="radio"/>							
Agricultura	<input type="radio"/>							
Silvicultura	<input type="radio"/>							
Gestão de resíduos	<input type="radio"/>							

2.2 Sistema energético

A produção e o consumo de energia continuam, em grande medida, a basear-se em combustíveis fósseis e representam mais de 75 % das emissões de gases com efeito de estufa da UE. Para alcançar a neutralidade climática até 2050, será necessária uma alteração profunda.

Na sua opinião, para que a UE alcance um objetivo mais elevado de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 2030, quais seriam os principais motores da transição energética necessária até 2030?

Várias opções possíveis.

- Maior eficiência energética
- Maior penetração das energias renováveis
- Utilização da energia nuclear para a produção de eletricidade
- Eletrificação do consumo de energia final
- Eliminação progressiva dos combustíveis fósseis sólidos
- Papel mais limitado do gás natural
- Melhor combinação setorial entre os setores do gás e da eletricidade
- Utilização de tecnologias de captura e utilização de carbono
- Utilização de vetores de energia neutros em termos de emissões de carbono, como o hidrogénio verde/azul, o biometano, o eletrogás ou os eletrocombustíveis.
- Redução da necessidade de energia graças a alterações do estilo de vida (por exemplo, utilização de modos de transporte ativos, foco na economia circular)
- Não sei/Sem opinião

2.3 Ambição em matéria de energias renováveis

Na legislação em vigor, o objetivo da UE é alcançar uma quota de, pelo menos, 32 % de energias renováveis no consumo de energia final em 2030. Os custos das tecnologias de energias renováveis diminuíram significativamente nos últimos anos.

Na sua opinião, qual deveria ser o nível de ambição da UE em matéria de energias renováveis em 2030 para contribuir para o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa da UE para 2030 (que indicou em questão 1.1) e para o objetivo a longo prazo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050?

- Atingir, pelo menos, uma quota de 32 % de energias renováveis no consumo de energia final na UE até 2030, ou seja, inalterada em relação ao nível já acordado
- Atingir, pelo menos, uma quota de 35 % de energias renováveis no consumo de energia final na UE até 2030
- Atingir, pelo menos, uma quota de 40 % de energias renováveis no consumo de energia final na UE até 2030
- Atingir um nível de ambição superior a uma quota de 40 % de energias renováveis no consumo de energia final na UE até 2030
- Não sei/Sem opinião

2.4 Ambição em matéria de eficiência energética

Na legislação em vigor, o objetivo a nível da UE é ter, pelo menos, 32,5 % de eficiência energética em 2030 [1], tanto no consumo de energia primária como no consumo de energia final, e a UE está empenhada no princípio da «prioridade à eficiência energética» [2].

[1] Em comparação com o cenário de base de 2007.

[2] «Prioridade à eficiência energética» significa ter em máxima conta, no planeamento energético e nas decisões políticas e de investimento, medidas alternativas de eficiência energética eficientes em termos de custos destinadas a tornar a procura e a oferta de energia mais eficientes, em especial mediante economias de energia na utilização final custo-eficazes, iniciativas para a resposta da procura e para uma maior eficiência da transformação, do transporte e da distribuição de energia, e que permitam simultaneamente cumprir os objetivos dessas decisões (Regulamento (UE) 2018/1999).

Na sua opinião, qual deveria ser o nível de ambição da UE em matéria de eficiência energética em 2030 para contribuir para o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa da UE para 2030 (que indicou em questão 1.1) e para o objetivo a longo prazo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050?

- Atingir, pelo menos, 32,5 % de eficiência energética (no consumo de energia primária e final) até 2030, ou seja, inalterada em relação ao nível já acordado
- Atingir, pelo menos, 35 % de eficiência energética (no consumo de energia primária e final) até 2030
- Atingir, pelo menos, 40 % de eficiência energética (no consumo de energia primária e final) até 2030
- Atingir um nível de ambição superior a 40 % de eficiência energética (no consumo de energia primária e final) até 2030
- Não sei/Sem opinião

2.5 Papel dos combustíveis fósseis

2.5.1 Combustíveis fósseis sólidos

Os combustíveis fósseis sólidos, como o carvão, a lenhite, a turfa e o xisto betuminoso (a seguir designados «combustíveis fósseis sólidos») apoiaram fortemente o desenvolvimento das nossas economias desde a revolução industrial. Ao mesmo tempo, estes combustíveis dão origem a elevadas emissões de gases com efeito de estufa e a outras emissões poluentes. A sua utilização sem reduzir as suas emissões não é, portanto, compatível com o objetivo da neutralidade climática da UE para 2050.

Na sua opinião, como poderá esta questão ser abordada para além da legislação em vigor e dos objetivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030 e 2050?

Várias opções possíveis.

- Não é necessária mais intervenção pública para além do quadro existente
- Regular a nível nacional, impondo uma eliminação progressiva dos combustíveis fósseis sólidos na produção de eletricidade até uma determinada data
- Regular a nível nacional, impondo uma eliminação progressiva dos combustíveis fósseis sólidos para aquecimento até uma determinada data
- Indicar claramente aos consumidores que a utilização de combustíveis fósseis sólidos para aquecimento não é sustentável
- Enviar um sinal de preço mais forte a nível nacional e da UE que leve à renúncia aos combustíveis fósseis sólidos (por exemplo, através da tributação do carbono ou do comércio de licenças de emissão)
- Eliminar progressivamente qualquer apoio público a investimentos e utilizações relacionados com combustíveis fósseis sólidos
- Promover tecnologias limpas (como a captura e o armazenamento/utilização de carbono) que possam permitir a continuação do consumo de combustíveis fósseis sólidos
- Promover a produção de energia neutra em termos de carbono e a eletrificação da procura final (por exemplo, a produção de energia renovável, bombas de calor elétricas e veículos elétricos)
- Não sei/Sem opinião

2.5.2 Gás natural

Na sua opinião, o gás natural e outros gases podem ajudar na descarbonização do sistema energético da UE e contribuir para o cumprimento do objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030, com vista a alcançar o objetivo a longo prazo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050?

- Sim, o gás natural pode ajudar a UE a atingir os objetivos para 2030, uma vez que constitui uma alternativa mais ecológica ao carvão ou ao petróleo para o aquecimento, o transporte e a produção de eletricidade e representa uma fonte de flexibilidade para um sistema energético cada vez mais baseado nas energias renováveis.
-

O gás natural pode desempenhar o papel de combustível de transição, mas, o mais tardar após 2030, deve ser gradualmente substituído por alternativas neutras em termos de carbono, como o biogás, o biometano, o hidrogénio verde e o eletrogás.

- O gás natural é um combustível fóssil e continuar a usá-lo dificultará o cumprimento do objetivo para 2030 e criará efeitos de dependência a longo prazo; a tónica na eficiência energética e na eletrificação ajudará a reduzir a procura de gás natural.
- Não sei/Sem opinião

2.6 Edifícios

Atualmente, os edifícios são responsáveis por 40 % do consumo de energia final, incluindo o consumo de eletricidade. Os edifícios são também responsáveis por 13 % do total de emissões de gases com efeito de estufa na UE (34 %, se se incluírem as emissões indiretas provenientes da produção de calor e eletricidade urbanos). Os edifícios podem ser descarbonizados e o seu desempenho energético pode ser melhorado através de várias soluções.

2.6.1 Edifícios residenciais - soluções para os proprietários de casas

No caso dos edifícios residenciais, classifique as opções abaixo para indicar quais considera serem as soluções mais relevantes para os proprietários de casas com vista a alcançarem a neutralidade climática destas.

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Substituir o atual sistema de aquecimento e arrefecimento por um sistema mais eficiente (por exemplo, substituir uma caldeira a gás por uma bomba de calor)	<input type="radio"/>				
Substituir o equipamento de aquecimento antigo ou ineficiente que utiliza bioenergia, combustíveis fósseis sólidos ou líquidos	<input type="radio"/>				
Utilizar energias renováveis no local (por exemplo, biomassa, energia solar térmica, geotérmica, painéis fotovoltaicos), ou a jusante através de redes urbanas de aquecimento/arrefecimento	<input type="radio"/>				
Melhorar as propriedades térmicas da envolvente do edifício através do isolamento e de janelas mais eficientes	<input type="radio"/>				
Utilizar tecnologias inteligentes (por exemplo, sistemas de automatização e controlo de edifícios, controlos da temperatura ambiente, contadores inteligentes)	<input type="radio"/>				
Utilizar aparelhos energeticamente mais eficientes	<input type="radio"/>				

2.6.2 Edifícios não residenciais - soluções para os proprietários de edifícios

No caso dos edifícios não residenciais, como os escritórios, lojas, hospitais e escolas, classifique as opções abaixo para indicar quais considera serem as

soluções mais relevantes para os proprietários de edifícios com vista a alcançarem a neutralidade climática destes.

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Utilização de sistemas de automatização e controlo de edifícios e de tecnologias de edifícios inteligentes	<input type="radio"/>				
Melhorar as propriedades térmicas da envolvente do edifício através do isolamento e de janelas mais eficientes	<input type="radio"/>				
Introduzir sistemas de aquecimento e arrefecimento mais eficientes do ponto de vista energético	<input type="radio"/>				
Utilizar energias renováveis no local (por exemplo, biomassa, energia solar térmica, geotérmica, painéis fotovoltaicos), ou a jusante através de redes urbanas de aquecimento/arrefecimento	<input type="radio"/>				
Aplicar sistemas de gestão da energia	<input type="radio"/>				

2.7 Indústria

A indústria é responsável por 25 % do consumo de energia final e por cerca de 20 % do total de emissões de gases com efeito de estufa. A redução significativa das suas emissões, a fim de contribuir para a neutralidade climática até 2050 e de cumprir a ambição de nível zero em matéria de poluição, constitui um desafio particular e exige que as tecnologias sejam testadas e aplicadas em escala dentro do prazo da ambição para 2030, tendo em conta os ciclos de investimento na indústria.

Classifique os elementos constantes do quadro infra para indicar a importância das tecnologias e outras soluções para a redução das emissões de gases com efeito de estufa em instalações industriais no horizonte temporal de 2030.

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Maior eficiência energética dos processos industriais	<input type="radio"/>				
Eletrificação dos processos industriais	<input type="radio"/>				
Utilização de hidrogénio em aplicações industriais como, por exemplo, combustível, matéria-prima ou agente redutor	<input type="radio"/>				
Utilização de eletrocombustíveis em aplicações industriais	<input type="radio"/>				
Utilização de biomassa sustentável como matéria-prima (por exemplo, na indústria química)	<input type="radio"/>				
Utilização de biomassa sustentável como combustível	<input type="radio"/>				

Utilização da captura e armazenamento de carbono ou captura e utilização de carbono	<input type="radio"/>				
Desenvolvimento de uma economia mais circular em que os produtos e materiais sejam mais reutilizados e reciclados, desenvolvendo novos conceitos empresariais	<input type="radio"/>				
Substituição de produtos com níveis elevados de emissões associadas por produtos alternativos produzidos sem emissões de gases com efeito de estufa ou com baixas emissões de gases com efeito de estufa	<input type="radio"/>				

2.8 Mobilidade: transporte rodoviário

Note-se que a Comissão vai igualmente lançar uma consulta pública relevante sobre a estratégia europeia de «mobilidade inteligente e sustentável».

O transporte rodoviário é responsável por cerca de 70 % das emissões de gases com efeito de estufa dos transportes da UE e por cerca de 20 % das emissões totais da UE. Desempenha, portanto, um papel importante na transição para uma economia com impacto neutro no clima e num eventual aumento da ambição do objetivo de redução das emissões dos gases com efeito de estufa para 2030. A UE dispõe de uma série de políticas, como, por exemplo, a tributação mínima do combustível e as metas para 2025 e 2030 para reduzir as emissões de CO₂ de automóveis de passageiros, veículos comerciais ligeiros e camiões novos.

Tendo em conta os desafios climáticos e ambientais, em que medida é importante que a ação da UE se concentre nos seguintes domínios?

Escala de 5 (muito importante) a 1 (pouco importante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Aumentar a percentagem de modos de transporte mais sustentáveis (por exemplo, apoiando a multimodalidade e modos de transporte ativos, como andar a pé e de bicicleta)	<input type="radio"/>				
Melhorar a eficiência de todo o sistema de transportes (por ex., através de melhores sistemas de gestão do tráfego)	<input type="radio"/>				
Aumentar a adoção de veículos não poluentes, como os veículos elétricos e alimentados a hidrogénio (por exemplo, normas de emissão) e assegurar a sua integração eficiente na rede energética	<input type="radio"/>				
Melhorar a adoção de combustíveis alternativos sustentáveis (por exemplo, desenvolver infraestruturas de carregamento/abastecimento, mandatos de mistura)	<input type="radio"/>				
Incentivar as escolhas sustentáveis dos consumidores e as práticas de mobilidade com baixos níveis de emissões (por ex., aplicação					

crescente dos princípios do «poluidor-pagador» e do «utilizador-pagador», melhor informação dos consumidores sobre a pegada de carbono)	<input type="radio"/>				
Aumentar o investimento em infraestruturas e soluções de transporte sustentáveis (por exemplo, comboios de alta velocidade, vias navegáveis interiores, infraestruturas de carregamento/abastecimento)	<input type="radio"/>				
Promover a implantação de soluções digitais inovadoras nos transportes	<input type="radio"/>				
Melhorar a acessibilidade física e dos preços dos transportes sustentáveis	<input type="radio"/>				

Na sua opinião, quais são os principais obstáculos à adoção pelo mercado de veículos com zero emissões?

Várias opções possíveis

- Preço de compra dos veículos com zero ou baixas emissões
- Disponibilidade de infraestruturas de carregamento/abastecimento
- Disponibilidade de modelos de veículos
- Autonomia insuficiente
- Tratamento fiscal dos veículos com zero ou baixas emissões
- Outro

2.9 Agricultura, silvicultura e utilização dos solos

A utilização dos solos pode contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa através da substituição dos combustíveis mais carbónicos e fósseis por biomassa e através do aumento da absorção de CO₂ no carbono e biomassa do solo. Por outro lado, as práticas agrícolas produzem gases com efeito de estufa, e o abate de madeira e as práticas agrícolas libertam CO₂ das florestas e terras.

Na sua opinião, quais das seguintes soluções desempenham o papel principal na redução das emissões de gases com efeito de estufa e no aumento das remoções de CO₂ nos setores do uso do solo?

Várias opções possíveis.

- Florestação para aumentar a cobertura florestal na Europa
- Gestão sustentável das florestas, recuperação e preservação das florestas para assegurar que estas absorvem mais CO₂
- Garantia de que as florestas são uma fonte de material para a bioeconomia, ao mesmo tempo que se desenvolvem práticas de gestão florestal sustentável
- Reforço das práticas agrícolas para permitir o armazenamento de mais CO₂ nos solos agrícolas e reduzir as atividades que libertam esse carbono do solo
- Promoção da agrossilvicultura e das práticas agroecológicas
- Agricultura/aquicultura como fonte de biomassa para bioenergia e biocombustíveis: *baseada em culturas alimentícias*

- Agricultura/aquicultura como fonte de biomassa para bioenergia e biocombustíveis: *baseada em resíduos agrícolas*
- Agricultura/aquicultura como fonte de biomassa para bioenergia e biocombustíveis: *baseada em biomassa lenhosa (por exemplo, culturas perenes, lenhosas e herbáceas, talhadia de curta rotação)*
- Agricultura/aquicultura como fonte de biomassa para bioenergia e biocombustíveis: *baseada na produção de algas*
- Conservação e recuperação dos solos orgânicos, zonas húmidas, turfeiras
- Conservação e recuperação dos prados
- Redução das emissões da pecuária
- Redução das emissões dos fertilizantes, nomeadamente através da redução da utilização de fertilizantes na agricultura
- Redução das emissões provenientes das práticas de preparação dos solos na agricultura
- Transferência da produção de alimentos para consumo humano e animal da terra para a aquicultura sustentável

PARTE I

3 Condições favoráveis e outras políticas

3.1 Escolha do consumidor

As escolhas dos consumidores e a mudança de comportamento podem afetar consideravelmente as nossas emissões de gases com efeito de estufa. Quais as possíveis alterações que considera terem o maior potencial de redução das emissões de gases com efeito de estufa?

Várias opções possíveis

- Utilizar menos o automóvel Caminhar, andar de bicicleta e utilizar os transportes públicos com maior frequência
- Viajar menos de avião ou substituí-lo por alternativas menos poluentes, como o comboio ou o recurso a videoconferência
- Mudar a sua dieta para uma alimentação mais saudável e menos intensiva em carbono
- Evitar o sobreconsumo, alterando a procura de aparelhos, vestuário e outros produtos
- Mudar para modelos de negócio que concebam o produto como um serviço (por exemplo, locação em vez da propriedade de produtos) ou outros modelos de negócio circulares (por exemplo, partilha)
- Mudar para um edifício mais eficiente em termos energéticos e de materiais
- Reduzir e reciclar mais resíduos

3.2 Transição justa e emprego

Um objetivo ambicioso de redução das emissões de gases com efeito de estufa da UE para 2030 representará um desafio de transição para a economia no seu conjunto e para os cidadãos. É essencial que os custos desta transição sejam

partilhados. Se os custos forem desproporcionados para alguns grupos da sociedade, são propostas medidas para os atenuar. Do mesmo modo, os benefícios devem ser partilhados por todos os grupos da sociedade.

Que tipo de ações devem ser apoiadas pela UE, no contexto dos seus instrumentos de financiamento no âmbito da política climática, como o fundo de modernização ao abrigo do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE), para promover uma transição justa e socialmente equilibrada?

Várias opções possíveis.

- Diversificação e modernização económicas sem utilização de combustíveis fósseis
- Modernização do sistema energético centrada na eficiência energética e na implantação das energias renováveis
- Requalificação de trabalhadores em setores com emissão intensiva de gases com efeito de estufa ou que produzam bens com utilização intensiva de gases com efeito de estufa
- Políticas sociais e de segurança social, tais como políticas de combate à pobreza energética e de apoio às transições no mercado de trabalho
- Outra

3.3 Tributação e tarifação do carbono: utilização das receitas

A tarifação do carbono, ao mesmo tempo que aumenta os custos da energia, também oferece a possibilidade de utilizar as receitas de forma benéfica. Das seguintes utilizações das receitas do instrumento de tarifação do carbono, quais consideraria mais úteis?

Várias opções possíveis.

- Reciclar as receitas através de reduções dos impostos sobre o trabalho (ou seja, reformar os sistemas fiscais para os tornar mais favoráveis ao emprego)
- Utilizar as receitas para compensar agregados familiares com baixos rendimentos ou outros grupos vulneráveis
- Utilizar as receitas para apoiar os agregados familiares com baixos rendimentos no processo de transição (por exemplo, subsídios específicos para o isolamento e eficiência energética das casas ou para uma mobilidade com baixo nível de emissões)
- Utilizar as receitas para financiar a implantação de tecnologias verdes, de infraestruturas de mobilidade com baixas emissões, etc.
- Utilizar as receitas para apoiar o processo de transição justa em regiões vulneráveis

3.4 Investigação, inovação e implantação

Na sua opinião, em que casos o financiamento público da investigação seria mais importante para alcançar uma redução mais acentuada das emissões até 2030, com vista a alcançar uma UE neutra em termos de clima até 2050? Selecione no máximo cinco opções.

Várias opções possíveis.

- Climatologia

- Economia do hidrogénio e pilhas de combustível
- Combustíveis sintéticos
- Indústria circular, sem emissões de carbono
- Tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono
- Eficiência energética
- Energias renováveis
- Armazenamento de energia
- Mobilidade sustentável e inteligente
- Edifícios inteligentes e sustentáveis
- Bioeconomia, agricultura e silvicultura, soluções baseadas na natureza em terra e no mar
- Integração tecnológica, infraestruturas e digitalização
- Investigação e inovação socioeconómica e comportamental

PARTE I

4 Informações complementares

Existem outros aspetos fundamentais que não foram tidos em conta nas perguntas e que gostaria de comentar?

No máximo, 1000 carater(es)

Se for caso disso, carregue quaisquer documentos adicionais, como documentos de posição ou documentos sobre políticas que expressem, de forma concisa, a sua posição ou os seus pontos de vista ou da sua organização.

O tamanho máximo por ficheiro é 1 MB.

Apenas são aceites ficheiros do tipo pdf,txt,doc,docx,odt,rtf

PARTE II (para peritos)

Queira notar que não é obrigado a responder a ambas as partes do questionário, podendo optar por preencher apenas uma. Além disso, não é necessário responder a todas as perguntas do questionário.

As perguntas da segunda parte do questionário focam-se mais nas políticas, investigando a forma de melhorar a conceção das atuais e eventuais políticas climáticas e energéticas, a fim de permitir uma redução mais profunda das emissões de gases com efeito de estufa até 2030.

PARTE II (para peritos)

5 Conceção da política em matéria de clima e energia

A principal legislação em matéria de clima em que se reflete o aumento de ambição é a seguinte:

- *a Diretiva Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE), que regula as grandes fontes pontuais de poluição e a aviação;*
- *o Regulamento Partilha de Esforços (RPE), que distribui pelos Estados-Membros os esforços de redução das emissões de gases com efeito de estufa noutros setores da economia, como os transportes, os edifícios, a pequena indústria, a agricultura e os resíduos;*
- *o Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Silvicultura (LULUCF), que regula as emissões e absorções dos sumidouros naturais de dióxido de carbono (carbono e biomassa do solo) na UE e*
- *as normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros.*

A principal legislação em matéria de energia com um potencial aumento de ambição é a Diretiva Energias Renováveis (DER) e a Diretiva Eficiência Energética (DEE).

Os cortes mais profundos nas emissões de gases com efeito de estufa até 2030 devem também ser apoiados por um quadro propício adequado e por políticas coerentes noutros domínios, como a mobilidade, a agricultura, a tributação da energia, etc.

5.1 Papel dos diferentes instrumentos de política climática

A atual legislação em matéria de clima prevê que os setores abrangidos pelo Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE reduzirão as emissões até 2030 em 43 %, em comparação com os valores de 2005. Para os setores abrangidos pelo Regulamento Partilha de Esforços, os objetivos são fixados numa redução combinada de 30 % até 2030, em comparação com 2005. No que se refere ao sumidouro do uso do solo no âmbito do Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas, o objetivo é garantir que o sumidouro de carbono da UE tenha, em 2030, um desempenho, pelo menos, igual ao previsto com as atuais práticas de uso do solo.

Destes três atos legislativos fundamentais em matéria de clima, quais considera exigirem um aumento substancial da ambição, a fim de permitir à UE reduzir as

emissões de gases com efeito de estufa entre 50 % e 55 % até 2030, em comparação com 1990? Classifique os elementos na tabela abaixo:

Escala de 5 (com necessidade de um aumento significativo) a 1 (sem importância, não é necessário um aumento da ambição em matéria de clima para este ato legislativo).

	1	2	3	4	5
Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE	○	○	○	○	○
Regulamento Partilha de Esforços	○	○	○	○	○
Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas	○	○	○	○	○

5.2 O Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE)

No quadro jurídico existente para 2021-2030, a quantidade de emissões de gases com efeito de estufa abrangidas pelo CELE deverá diminuir 2,2 % por ano. No entanto, para atingir um nível de ambição mais elevado, este declínio poderá ter de ser mais acentuado, ou poderão ser contempladas outras ações que tenham impacto no sinal de preço do carbono.

A ambição do CELE pode ser reforçada através de diferentes opções políticas. Qual a melhor forma de aumentar a ambição do CELE a fim de contribuir eficazmente para uma redução das emissões de 50 % a 55 % até 2030?

Várias opções possíveis.

- Aumentar o fator de redução linear e, por conseguinte, reduzir mais rapidamente a quantidade de licenças disponíveis todos os anos
- Aumentar o fator de redução linear, bem como reduzir o ponto de partida em que o mesmo é aplicado (ou seja, deslocar a dotação total em sentido descendente)
- Introduzir uma política de fixação de preços (por exemplo, nível mínimo de preços)
- Reduzir ou eliminar a quota da atribuição de licenças de emissão a título gratuito
- Reforçar as regras de reserva de estabilização do mercado (por exemplo, atualizar as taxas de avanço), mas permitir que outras políticas sejam os principais motores de aumento da ambição de redução das emissões de gases com efeito de estufa

5.2.1 Combater o risco de fugas de carbono para a indústria com utilização intensiva de energia

Uma maior ambição conduziria a uma diminuição da quantidade global de licenças de emissão abrangidas pelo CELE (o limite máximo), afetando tanto as licenças disponíveis para venda em leilão como as licenças a atribuir a título gratuito. A venda em leilão é o método por defeito para a atribuição de licenças e a atribuição de licenças de emissão a título gratuito visa dar resposta ao risco de fuga de carbono para os setores com utilização intensiva de energia abrangidos pelo CELE. Caso persistam diferenças em termos de ambição a nível mundial à medida que a UE elevar a sua ambição em matéria de clima, a Comissão comprometeu-se

na comunicação sobre o Pacto Ecológico Europeu a propor um mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras para determinados setores, a fim de reduzir o risco de fuga de carbono. Esta medida será concebida de modo a cumprir as regras da Organização Mundial de Comércio e outras obrigações internacionais da UE.

Se as metas forem aumentadas para corresponder a uma ambição global da economia para a redução de 50 % a 55 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e se a atribuição de licenças de emissão a título gratuito à indústria for mantida como instrumento para combater a fuga de carbono, deverá ser alterada a quota da atribuição de licenças de emissão a título gratuito?

- Deve permitir-se o aumento da quota da atribuição de licenças de emissão a título gratuito à indústria no limite máximo do CELE
- A quota da atribuição de licenças de emissão a título gratuito à indústria no limite máximo do CELE deve manter-se no nível atual
- A quota da atribuição de licenças de emissão a título gratuito à indústria no limite máximo do CELE deve ser reduzida
- Não sei/Sem opinião

5.3 Extensão do comércio de licenças de emissão da UE ao transporte rodoviário e aos edifícios

5.3.1 O papel da tarifação do carbono

Como vê o papel da tarifação do carbono para reduzir as emissões nos edifícios e nos transportes rodoviários?

- Deverá ser complementar em relação a outras políticas setoriais específicas, incluindo impostos, direitos e encargos já em vigor
- Deverá substituir outras medidas setoriais específicas
- Não é adequada/viável e, em vez disso, devem ser outras medidas a impulsionar a redução das emissões
- Não sei/Sem opinião

5.3.2 Como introduzir a tarifação do carbono

Se a UE introduzisse a tarifação do carbono para os edifícios ou no setor do transporte rodoviário, que opção preferiria?

- Propor um imposto sobre o CO₂ para estes setores
- Incluir estes setores num sistema de comércio de licenças de emissão e aplicar a venda em leilão
- Não sei/Sem opinião

5.3.3 Interligação com o Regulamento Partilha de Esforços

Se o sistema de comércio de licenças de emissão da UE for alargado às emissões relacionadas com a energia provenientes dos setores dos transportes rodoviários e dos edifícios, devem outras emissões relacionadas com a energia atualmente

abrangidas pelo Regulamento Partilha de Esforços ser igualmente transferidas para o CELE?

- Sim
- Não
- Não sei/Sem opinião

Em caso afirmativo, quais dos seguintes setores:

- Emissões relacionadas com a energia provenientes de pequenas instalações industriais
- Emissões relacionadas com a energia provenientes da incineração de resíduos urbanos
- Emissões relacionadas com a energia provenientes de outros setores, como a agricultura, etc.

5.3.4 Harmonização da tarifação do carbono nos edifícios e no transporte rodoviário

Na sua opinião, qual o nível de harmonização mais conveniente dos preços do carbono para os **edifícios** e os atuais setores abrangidos pelo CELE?

- Os preços do carbono devem ser uniformizados imediatamente em todos os Estados-Membros no setor dos edifícios, através da inclusão deste setor no CELE.
- Deve ser aplicado um preço do carbono em toda a UE no setor dos edifícios, mas deve ser possível que os preços do carbono neste setor sejam diferentes dos preços do carbono nos setores CELE existentes.
- É necessário fixar um preço do carbono para o setor dos edifícios, mas os Estados-Membros devem manter a possibilidade de determinar os preços nacionais do carbono neste setor.
- Não é adequado aplicar um preço do carbono à escala da UE, tendo em conta os instrumentos nacionais já existentes (impostos, taxas, etc.).

Na sua opinião, qual o nível de harmonização mais conveniente dos preços do carbono para o **transporte rodoviário** e os atuais setores abrangidos pelo CELE?

- Os preços do carbono no setor do transporte rodoviário devem ser uniformizados imediatamente em todos os Estados-Membros, através da inclusão deste setor no CELE.
- Deve ser aplicado um preço do carbono em toda a UE no setor do transporte rodoviário, mas deve ser possível que os preços do carbono neste setor sejam diferentes dos preços do carbono nos setores CELE existentes.
- É necessário fixar um preço do carbono para o setor do transporte rodoviário, mas os Estados-Membros devem manter a possibilidade de determinar os preços nacionais do carbono neste setor.
- Não é adequado aplicar um preço do carbono à escala da UE, tendo em conta os instrumentos nacionais já existentes (impostos, taxas, etc.).

5.3.5 Extensão do comércio de licenças de emissão da UE - oportunidades

O que considera serem **oportunidades** relacionadas com a extensão do comércio de licenças de emissão a setores como o dos edifícios e dos transportes? Classifique as oportunidades seguintes para indicar qual desempenha o papel mais importante:

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Aumentar a eficiência económica	<input type="radio"/>				
Tornar a renovação e a eletrificação dos edifícios financeiramente mais atrativas	<input type="radio"/>				
Aplicar o mesmo incentivo do preço do carbono aos veículos elétricos e aos veículos a combustíveis fósseis	<input type="radio"/>				
Gerar receitas que podem ser utilizadas para facilitar a transição e compensar os agregados familiares com rendimentos mais baixos	<input type="radio"/>				
Ajudar a UE a atingir os seus objetivos em matéria de clima e ambiente	<input type="radio"/>				

5.3.6 Extensão do comércio de licenças de emissão da UE - desafios

O que considera serem **desafios** relacionados com a extensão do comércio de licenças de emissão a setores como o dos edifícios e dos transportes? Classifique os desafios seguintes para indicar qual desempenha o papel mais importante:

Escala de 5 (muito importante) a 1 (pouco importante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
O nível de sinal do preço do carbono necessário para a redução de emissões pelos edifícios e transporte rodoviário	<input type="radio"/>				
O impacto daí resultante no preço do CELE	<input type="radio"/>				
Complexidade administrativa e aplicação de um sistema sólido de monitorização, comunicação de informações e verificação	<input type="radio"/>				
Sobreposição com as medidas de fixação de preços existentes (em especial a fiscalidade) nestes setores	<input type="radio"/>				
Aceitabilidade social com vista a uma transição justa	<input type="radio"/>				
Aceitação política da introdução de um preço do carbono nestes setores	<input type="radio"/>				

5.3.7 Como introduzir a tarifação do carbono no setor do transporte marítimo

Se a UE introduzir um preço do carbono no setor do transporte marítimo, deverá fazê-lo:

- Propondo uma taxa sobre os combustíveis para o setor, criando certeza quanto ao incentivo do preço do carbono fornecido, mas não sobre o resultado ambiental
-

Através da inclusão do setor no CELE e da aplicação da venda em leilão, criando certeza quanto ao resultado global da redução das emissões de gases com efeito de estufa para todos os setores incluídos no CELE.

- Não sei/Sem opinião

5.3.8 O CELE e o setor dos transportes marítimos - aspetos fundamentais a considerar

Quais são os aspetos mais importantes a ter em conta no alargamento do CELE aos transportes marítimos?

Várias opções possíveis.

- Emissões de gases com efeito de estufa a abranger (emissões nos portos, intra/extra UE)
- Eficácia em termos de custos das medidas de redução das emissões com base numa abordagem tecnologicamente neutra e flexível
- Geração de receitas para apoiar os investimentos destinados a reduzir as emissões no setor marítimo
- Risco de evasão
- Competitividade do setor dos transportes marítimos da UE
- Aplicabilidade (por exemplo, encargos administrativos para as companhias de navegação)
- Preparação do caminho para futuras medidas de redução das emissões a nível mundial

5.4.3 Papel do Regulamento Partilha de Esforços

Qual das seguintes afirmações reflete melhor a sua opinião sobre a forma como o Regulamento Partilha de Esforços e os correspondentes objetivos nacionais de redução das emissões devem refletir o aumento da ambição em matéria de clima até 2030?

Várias opções possíveis.

- A ambição global do Regulamento Partilha de Esforços deve resultar da contribuição eficaz em termos de custos dos setores de partilha de esforços para a redução global das emissões em comparação com o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE e os setores de uso dos solos, alteração do uso dos solos e florestas
- A contribuição adicional dos setores de partilha de esforços deve ser inferior à contribuição adicional dos setores CELE
- O aumento da ambição climática para 2030 da UE para os setores da partilha de esforços não tem de ser plenamente refletido nos objetivos nacionais ao abrigo do regulamento, mas uma parte das reduções adicionais de emissões poderia ser concretizada, por exemplo, através de ações de intervenientes não estatais ou de políticas facilitadoras
- As emissões de CO₂ provenientes dos setores de partilha de esforços, como os dos edifícios e dos transportes, devem ser abrangidas, na medida do possível, por um sistema de comércio de licenças de emissão e devem ser excluídas do âmbito dos objetivos nacionais estabelecidos nos termos do Regulamento Partilha de Esforços.
-

As emissões de CO₂ provenientes dos setores de partilha de esforços, como os dos edifícios e dos transportes, devem ser abrangidas, na medida do possível, por um sistema de comércio de licenças de emissão e permanecer igualmente no âmbito dos objetivos nacionais de redução das emissões estabelecidos nos termos do Regulamento Partilha de Esforços, a fim de manter os incentivos para que os Estados-Membros implementem políticas complementares de redução das emissões.

Não sei/Sem opinião

Se os objetivos nacionais de redução das emissões estabelecidos nos termos do Regulamento Partilha de Esforços forem aumentados, existem outros elementos do regulamento que devem ser adaptados?

Várias opções possíveis.

- Não, a atual conceção do regulamento é adequada à sua finalidade.
- Aumentar a importância da eficiência em termos de custos na metodologia utilizada para calcular os aumentos dos objetivos nacionais
- Adaptar os limites das flexibilidades relacionadas com a acumulação, a antecipação e as transferências
- Aumentar a possibilidade de utilizar créditos LULUCF
- Aumentar ou alargar o acesso à flexibilidade com o CELE
- Não sei/Sem opinião

5.5 Papel do Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Silvicultura (LULUCF)

Como poderá o setor LULUCF contribuir para uma maior ambição em matéria de clima até 2030 e para alcançar a neutralidade climática até 2050? Classifique as opções na lista seguinte:

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Tornar as regras contabilísticas do setor LULUCF mais rigorosas, sendo necessário um maior esforço para gerar créditos LULUCF	<input type="radio"/>				
Aumentar a ambição das remoções LULUCF em todo o setor	<input type="radio"/>				
Aumentar a flexibilidade existente na forma como os créditos LULUCF são utilizados para os objetivos em matéria de clima (por exemplo, opções mais amplas em matéria de flexibilidade do comércio no setor LULUCF; maior flexibilidade com o Regulamento Partilha de Esforços, incluindo a compensação das emissões agrícolas)	<input type="radio"/>				
Desenvolver uma metodologia da UE para certificar créditos de remoção de dióxido de carbono a nível dos agricultores e silvicultores para diferentes tipos de remoções de dióxido de carbono na silvicultura e na agricultura, incluindo a florestação, a proteção e recuperação de zonas húmidas, o aumento do teor de carbono do solo ou o armazenamento de carbono em produtos de madeira duradouros	<input type="radio"/>				
Não sei/Sem opinião	<input type="radio"/>				

5.6 Papel das políticas energéticas

O Pacto Ecológico Europeu deixa claro que, em caso de maior ambição em matéria de clima, a Comissão teria de rever e propor a revisão, se necessário, da legislação relevante até junho de 2021.

Na sua opinião, quais são os instrumentos legislativos no domínio da energia que devem ser revistos a fim de contribuir para o aumento da ambição em matéria de clima para 2030?

Várias opções possíveis.

- Diretiva Eficiência Energética
- Diretiva Energias Renováveis
- Regulamento relativo à Governança da União da Energia e da Ação Climática
- Legislação relativa ao mercado interno da energia
- Outro
- Não é necessária qualquer revisão

5.6 Políticas em matéria de energias renováveis

No caso de um nível de ambição mais elevado (superior a 32 %) para as energias renováveis, classifique as potenciais ações/instrumentos que podem ser considerados na lista que se segue:

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Aplicação mais rigorosa da legislação em vigor	<input type="radio"/>				
Apoio técnico e financeiro adicional para a aplicação da legislação em vigor	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para incentivar uma abordagem mais europeia da produção de energias renováveis (por exemplo, projetos transfronteiras para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis)	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para aumentar a produção de energia renovável descentralizada (por exemplo, autoconsumo e comunidades de energia)	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para aumentar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, incluindo o desenvolvimento das infraestruturas necessárias	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para aumentar a produção de calor e frio a partir de fontes renováveis (tanto nos edifícios como na indústria)	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para aumentar o consumo de energias renováveis na indústria	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para aumentar o consumo de energias renováveis em edifícios	<input type="radio"/>				

Medidas adicionais para aumentar o consumo de energias renováveis nos transportes	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais para garantir que a utilização da biomassa continua a ser sustentável	<input type="radio"/>				
Medidas adicionais de apoio à inovação no domínio da produção de energias renováveis	<input type="radio"/>				

5.6.2 Políticas de eficiência energética

No caso de um nível de ambição mais elevado (superior a 32,5 %) para a eficiência energética, classifique as potenciais ações/instrumentos que podem ser considerados na lista que se segue:

Escala de 5 (muito relevante) a 1 (pouco relevante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Aplicação mais rigorosa da legislação em vigor	<input type="radio"/>				
Apoio técnico e financeiro adicional para a aplicação da legislação em vigor	<input type="radio"/>				
Tornar o princípio da «prioridade à eficiência energética» um teste obrigatório nas decisões legislativas, de investimento e de planeamento relevantes	<input type="radio"/>				
Normas de desempenho energético mais rigorosas para os produtos	<input type="radio"/>				
Requisitos mais rigorosos em matéria de desempenho energético dos edifícios	<input type="radio"/>				
Requisitos de desempenho energético mais rigorosos para os processos industriais, nomeadamente através da integração de processos e da reutilização de calor residual	<input type="radio"/>				
Requisitos mais rigorosos em matéria de desempenho energético dos veículos de transporte	<input type="radio"/>				
Novos requisitos para o setor agrícola e promoção da eletrificação das máquinas	<input type="radio"/>				
Normas para o setor das TIC que promovam a eficiência energética e a reutilização do calor residual (por exemplo, através de decisões sobre a localização e a conceção dos centros de dados)	<input type="radio"/>				

5.6.3 Renovações

A renovação é um instrumento fundamental para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa dos edifícios, promover a adoção de energias renováveis e melhorar o desempenho energético.

Na sua opinião, qual a melhor forma de incentivar a renovação dos edifícios?

Várias opções possíveis.

- Eliminar os obstáculos administrativos que impedem a eficiência energética e as soluções renováveis
- Aumentar a sensibilização e comunicar melhor os benefícios gerais dos edifícios sustentáveis, nomeadamente em termos de poupança de custos
- Informações mais frequentes e claras sobre o consumo de gás, com recurso a contadores inteligentes para aumentar a sensibilização dos consumidores
- Melhor educação e formação dos arquitetos, engenheiros e trabalhadores para realizar renovações de qualidade
- Objetivos de renovação obrigatória em setores específicos, por exemplo, edifícios públicos, habitação social, escolas, hospitais
- Regimes obrigatórios em matéria de poupança energética
- Obrigação de ultrapassar um determinado nível de desempenho energético antes do arrendamento, conduzindo à eliminação progressiva dos edifícios com pior desempenho
- Mecanismos financeiros (acesso ao financiamento e incentivos), incluindo regimes diretamente ligados à propriedade, e não à pessoa que arrenda o edifício
- Promover balcões únicos, reduzir os encargos administrativos e os atrasos e outras abordagens para facilitar o processo de renovação, incluindo soluções de eficiência energética pré-fabricadas
- Dar aos agregados familiares o acesso a auditorias energéticas independentes e gratuitas (por exemplo, pagas pelas autoridades ou através de uma obrigação para os fornecedores de combustíveis fósseis)
- Tarifação do carbono
- Agregação de projetos de menor dimensão para tornar o investimento mais atrativo
- Trabalhar com os proprietários de carteiras imobiliárias com vista à transição para edifícios com impacto neutro no clima/com baixas emissões
- Promover a utilização de contratos de desempenho energético e de empresas de serviços energéticos
- Um setor público que lidera pelo exemplo (ou seja, arrenda ou compra edifícios neutros em termos de clima/com baixas emissões ou renova edifícios públicos existentes)
- Incentivar um melhor planeamento urbano, a construção de edifícios sustentáveis e a renovação de edifícios existentes e promover infraestruturas verdes (por exemplo, telhados verdes ou paredes verdes)
- Para edifícios/apartamentos arrendados, encontrar novas formas de partilhar os custos e benefícios das soluções ecológicas com o senhorio
- Incentivar o setor da construção a aplicar abordagens circulares, nomeadamente uma conceção que facilite a demolição e proporcione uma vida útil mais longa, a aplicar materiais mais eficientes, de baixo teor de carbono, e a maximizar os conteúdos reciclados/reutilizados

5.6.4 Obstáculos às renovações

Na sua opinião, quais são os principais obstáculos à renovação mais frequente e profunda dos edifícios?

Várias opções possíveis.



Incentivos contraditórios (interesses diferentes por parte dos proprietários e dos arrendatários)

- Longos períodos de retorno do investimento
- Falta de tecnologias
- Falta de competências no setor da construção/renovação e falta de mão de obra disponível
- «Balcões únicos» locais com uma oferta limitada de soluções integradas e de fácil utilização para a renovação de edifícios
- Incapacidade ou relutância das famílias em pagar auditorias energéticas
- Falta de informação/pouca sensibilização dos consumidores
- Falta de acesso a soluções de financiamento adequadas
- Incómodo e problemas relacionados com as obras
- Procedimentos administrativos demasiado complexos (autorizações necessárias, elevado número de contactos e contratos necessários)
- Eventual impacto negativo no aspeto do edifício
- Falta de confiança nas novas tecnologias e nas soluções atualmente propostas pelo mercado

5.7 Infraestruturas energéticas e integração setorial

A descarbonização está a conduzir a um maior enfoque na construção de linhas de transporte de eletricidade, bem como à necessidade de redes mais inteligentes e de redes locais para gerir o aumento da produção descentralizada de eletricidade. Do mesmo modo, no que diz respeito às redes de gás, a tónica será cada vez mais centrada na preparação das infraestruturas de gás para o futuro, a fim de permitir o aprovisionamento de gás neutro em termos de carbono.

Na sua opinião, quais devem ser as prioridades para o planeamento de infraestruturas da UE nos próximos anos, a fim de facilitar a descarbonização?

Várias opções possíveis.

- Enquanto a procura de gás natural for forte, a UE deve permitir o apoio público à construção de novos gasodutos.
- Estabelecer um equilíbrio entre as infraestruturas de eletricidade e de gás. A eletricidade não pode cobrir toda a procura de energia, pelo que o gás continuará a ser necessário, mas terá de ser descarbonizado. Parte da produção de eletricidade pode ser convertida em gás/hidrogénio sintéticos através de tecnologias de conversão de eletricidade em gás, sendo estes transportados para os centros da procura.
- Colocar a tónica no transporte de eletricidade e nas redes inteligentes. Com a expansão da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis e a eletrificação da procura de energia, a prioridade é expandir a rede de eletricidade, nomeadamente para tirar pleno partido do potencial do vento.
- O gás natural é um combustível fóssil e não contribui para a descarbonização do sistema energético da UE. A construção de novas infraestruturas de gás tem um efeito de bloqueio que conduzirá ao consumo contínuo do gás natural fóssil; a descarbonização em larga escala do gás continua a ser uma perspetiva distante.

5.8 Criação de condições e políticas favoráveis para a transformação industrial

Nos seus roteiros industriais recentes, muitos intervenientes industriais assumiram o compromisso de alcançar o objetivo de uma Europa com impacto neutro no clima até 2050, embora indiquem que, para que possam alcançar este objetivo, existem condições favoráveis específicas que devem ser reunidas, como um sinal de preço do carbono suficiente no Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE.

Classifique as condições favoráveis à redução das emissões de gases com efeito de estufa na indústria, no **horizonte de 2030**.

Escala de 5 (muito importante) a 1 (pouco importante). Não é necessário classificar todas as opções.

	1	2	3	4	5
Descarbonização progressiva do aprovisionamento energético e das matérias-primas industriais	<input type="radio"/>				
Preços e matérias-primas da energia limpa competitivos	<input type="radio"/>				
Mercado para produtos sem emissões ou com baixas emissões de carbono através da intervenção política (por exemplo, rotulagem, contratos públicos, normas, garantias de origem)	<input type="radio"/>				
Quadro jurídico e financeiro da UE para infraestruturas e redes	<input type="radio"/>				
Redução dos encargos administrativos, por exemplo, acesso mais rápido às licenças de construção e às licenças ambientais	<input type="radio"/>				
Abordar a perceção pública relativamente a algumas tecnologias, como a captura e o armazenamento de carbono (CAC) e a captura e utilização de carbono (CUC)	<input type="radio"/>				
Desenvolver uma metodologia da UE para certificar créditos de remoção de dióxido de carbono ao nível das instalações para diferentes tipos de remoções de dióxido de carbono nos setores da energia e da indústria, incluindo a utilização de bioenergia com CAC/mineralização, captura de ar com CAC/mineralização	<input type="radio"/>				
Reforço da economia circular, garantindo a reutilização e a reciclagem de mais produtos e materiais na UE, a escolha de produtos com menor pegada ambiental e carbónica, a redução de resíduos e o desenvolvimento de novos conceitos empresariais para a indústria da UE	<input type="radio"/>				
Tornar obrigatória a aplicação das recomendações das auditorias energéticas	<input type="radio"/>				
Oferecer às PME a possibilidade de realizar auditorias energéticas ou apoio semelhante	<input type="radio"/>				

Mecanismo de ajustamento nas fronteiras que permite às indústrias da UE descarbonizar sem risco de fuga de carbono, ou seja, uma transição da produção para países com regulamentação climática menos rigorosa	<input type="radio"/>				
Maior ênfase em soluções conjuntas por parte dos parceiros sociais que contribuem para a consecução da neutralidade climática e para abordar a transição justa no setor	<input type="radio"/>				
Instrumentos de apoio que proporcionam incentivos estáveis e uma maior segurança do investimento, como contratos de carbono diferenciais	<input type="radio"/>				
Aumento da coerência dos sinais de preços (incluindo impostos, taxas, preços do carbono) para incentivar tecnologias energéticas limpas	<input type="radio"/>				
Um sinal de preço mais forte por parte do sistema de comércio de licenças de emissão da UE	<input type="radio"/>				
Medidas de apoio que permitam colmatar o défice de financiamento para a demonstração e a primeira implantação de tecnologias ou produtos hipocarbónicos inovadores e uma combinação harmoniosa com outros instrumentos de financiamento da UE, como o Fundo de Inovação reforçado	<input type="radio"/>				
Segurança do aprovisionamento de matérias-primas sustentáveis necessárias para cadeias de valor de tecnologias limpas	<input type="radio"/>				

5.9 Gestão de resíduos

A UE dispõe de uma legislação abrangente em matéria de gestão de resíduos.

Na sua opinião, quais as políticas de resíduos que teriam o papel mais importante na redução das emissões de gases com efeito de estufa?

3 opção/opções no máximo

- Introduzir novos objetivos de reciclagem de resíduos, por exemplo, relacionados com resíduos da construção e industriais
- Introduzir um objetivo geral de prevenção de resíduos
- Introduzir um objetivo de redução do desperdício alimentar na UE
- Introduzir um objetivo que garanta a conversão de uma determinada quantidade de resíduos alimentares e animais em biogás
- Introduzir legislação centrada na redução das emissões de gases com efeito de estufa provenientes de águas residuais e de resíduos líquidos (por exemplo, lamas de depuração)
- Proibir a deposição em aterro de resíduos que possam ser tratados de forma diferente e limitar tanto quanto possível a incineração, com vista a aumentar a reciclagem
- Harmonizar o tratamento dos incineradores de resíduos ao abrigo da legislação em matéria de clima

PARTE II (para peritos)

6 Políticas da UE e cooperação com os países terceiros sobre as alterações climáticas

A ameaça das alterações climáticas exige uma resposta forte e sustentada de todos os países, em especial dos principais emissores. No entanto, o efeito agregado dos planos nacionais em matéria de clima é atualmente insuficiente para manter o mundo no bom caminho para se manter abaixo de 2 °C de aquecimento global, e muito menos abaixo de 1,5 °C. A quota da UE nas emissões globais é atualmente de 9 % e está a diminuir.

Durante décadas de aplicação da política climática, a UE desenvolveu uma vasta experiência e conhecimentos especializados em matéria de conceção e desenvolvimento de regulamentos, incentivos e abordagens baseadas em dados concretos para impulsionar a transição para uma economia hipocarbónica. À medida que o resto do mundo avança com a aplicação dos seus objetivos e metas do Acordo de Paris, o «modelo da UE» de dissociação entre o crescimento económico e o aumento das emissões de gases com efeito de estufa tornou-se particularmente interessante para os nossos parceiros de todo o mundo. A UE deve trabalhar de forma determinada para utilizar a sua experiência para promover o reforço da ambição a nível mundial, tal como previsto na comunicação sobre o Pacto Ecológico. Na sua reunião de dezembro de 2019, os Chefes de Estado e de Governo da UE convidaram também a Comissão a propor uma atualização do contributo determinado a nível nacional (CDN) da UE no âmbito do Acordo de Paris, em tempo útil, antes da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a realizar em Glasgow, em novembro de 2020.

Além disso, a UE está também a colaborar mais ativamente com os países parceiros para incentivar e apoiar esforços adicionais que reflitam a maior ambição possível, tendo em conta as circunstâncias nacionais. A solidariedade com os esforços dos países mais pobres e vulneráveis para lidar com as consequências das alterações climáticas é mais essencial do que nunca.

A fim de liderar as negociações internacionais, a UE terá de desenvolver uma «diplomacia do pacto ecológico» mais forte, centrada em convencer e apoiar os outros para que assumam a respetiva quota-parte na promoção do desenvolvimento mais sustentável. De um modo mais geral, a UE utilizará os instrumentos diplomáticos e financeiros à sua disposição para assegurar que as alianças ecológicas façam parte das suas relações com países e regiões parceiros, tendo também em conta as implicações das alterações climáticas para a segurança internacional.

6.1 Prioridades para a diplomacia climática

Na sua opinião, em que áreas geográficas deve a UE concentrar os seus esforços de diplomacia e cooperação no domínio do clima nos próximos anos?

Várias opções possíveis.

- Balcãs Ocidentais, Europa Oriental e Ásia Central
- Médio Oriente e Norte de África.
- África Subsariana
- Região do Atlântico Norte, incluindo os EUA

- América Latina e Caraíbas, incluindo o Brasil
- Ásia Meridional, incluindo a Índia
- Ásia Oriental, incluindo a China
- Sudeste asiático
- Austrália, Nova Zelândia e região do Pacífico
- G20/G7
- Instituições financeiras internacionais (FMI, BM, OCDE, etc.)

6.2 Abordagem para a ajuda ao desenvolvimento e o financiamento da luta contra as alterações climáticas em países terceiros

Em termos de ajuda ao desenvolvimento e de financiamento da luta contra as alterações climáticas em países terceiros, que abordagens considera mais relevantes?

Várias opções possíveis.

- Formar coligações em torno da adaptação com os países e as regiões mais vulneráveis
- Permitir que os países com um abastecimento energético limitado avancem diretamente para tecnologias neutras em termos de clima
- Prestar apoio ao desenvolvimento de planos e estratégias nacionais abrangentes
- Desenvolver infraestruturas de baixo nível de emissões
- Apoiar uma transição justa
- Desenvolver práticas de utilização do solo compatíveis com o clima e soluções baseadas na natureza
- Promover a economia circular e cadeias de abastecimento razoáveis
- Desenvolver meios de financiamento e investimento sustentáveis (ambientes propícios)

6.3 Coerência dos instrumentos estratégicos relacionados com o clima, o comércio e de outros instrumentos estratégicos de política externa

Que melhorias na coerência dos instrumentos estratégicos relacionados com o clima, o comércio e de outros instrumentos estratégicos de política externa seriam mais importantes para apoiar a prioridade de transição para um baixo nível de emissões da UE?

Várias opções possíveis.

- Prosseguir uma ação externa ambiciosa para incentivar outros países a aumentarem a sua ambição em matéria de clima para níveis semelhantes aos da UE
- Preparar a introdução de medidas nas fronteiras para evitar a fuga de carbono, caso outros não respondam com medidas comparáveis
- Prosseguir uma cooperação comercial positiva no contexto das tarifas, das regras em matéria de contratos públicos, das normas e da regulamentação
- Promover o diálogo entre empresas verdes/com baixas emissões de carbono
- Aplicar as disposições em matéria de clima dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável (CDS) dos acordos de comércio livre

- Dar o exemplo e aumentar o objetivo da UE em matéria de emissões de gases com efeito de estufa em 2030 de 50 % para 55 %, em comparação com 1990
- Impulsionar mais progressos no domínio da ação climática noutras instâncias internacionais, como a OACI (aviação) e a OMI (navegação)
- Melhorar a resposta às implicações das alterações climáticas em termos de segurança
- Intensificar os diálogos a nível dos líderes

6.4 Resultados para a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26)

Tendo em conta a liderança internacional da UE, quais seriam os resultados mais importantes para a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, a COP de Glasgow?

Várias opções possíveis.

- Manter a dinâmica global e a participação das partes interessadas no apoio à aplicação do Acordo de Paris através de um sinal de compromisso no sentido de aumentar a ambição global em consonância com a ciência
- Demonstrar os esforços climáticos dos intervenientes não estatais
- Apresentar estratégias ambiciosas de longo prazo para baixas emissões de gases com efeito de estufa
- Finalizar o conjunto de regras de Katowice para tornar o Acordo de Paris plenamente operacional
- Anunciar novos grandes objetivos - contributos determinados a nível nacional (CDN)
- Chegar a acordo sobre o processo para definir o compromisso de financiamento da luta contra as alterações climáticas para o período pós-2025
- Estabelecer processos para direcionar os fundos do setor privado para investimentos climáticos sustentáveis e resilientes
- Aumentar a parte do financiamento internacional da luta contra as alterações climáticas para fins de adaptação e de resiliência
- Realizar progressos no âmbito do programa de trabalho do Mecanismo Internacional de Varsóvia para fazer face às perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas nos países em desenvolvimento mais vulneráveis

PARTE II (para peritos)

7 Informações complementares

Existem outros aspetos fundamentais que não foram tidos em conta nas perguntas e que gostaria de comentar?

No máximo, 1000 carater(es)

Se for caso disso, carregue documentos de posição ou documentos sobre políticas que exprimam, de forma concisa, a sua posição ou os seus pontos de vista ou os da sua organização.

O tamanho máximo por ficheiro é 1 MB.

Apenas são aceites ficheiros do tipo pdf,txt,doc,docx,odt,rtf